

IDEIAS

LIBERDADE
PARA PENSAR

Expresso

2782
20 de fevereiro de 2026
expresso.pt

FOTO TIAGO MIRANDA

Ensaio Participação na segunda volta caiu mais nas zonas afetadas do que no resto do país. Zonas rurais, de menor rendimento e menos educação superior, tiveram maiores quedas. Não beneficiou Seguro nem Ventura

Os efeitos eleitorais da calamidade: tempestades, abstenção e escolha eleitoral

Mafalda Pratas
Pedro Magalhães
João Cancela
Hugo Ferrinho Lopes

Que efeitos eleitorais têm as catástrofes naturais? Há duas razões que tornam esta pergunta particularmente importante. Por um lado, num contexto em que fenómenos climáticos extremos tendem a tornar-se mais frequentes, esta torna-se uma questão prática ligada à organização do processo eleitoral, com implicações para a proteção efetiva do direito de voto em circunstâncias adversas. Por outro lado, responder à questão pode ajudar-nos a perceber um pouco melhor quem são os eleitores, como pensam, e como se comportam. Além do efeito óbvio que podem ter sobre a participação eleitoral — mudando drasticamente as preocupações imediatas

e dificultando deslocações até aos locais de voto —, as catástrofes naturais podem mudar as escolhas dos eleitores de múltiplas formas e em sentidos alternativos. Uma reação assumiria a forma de protesto, culpando governos e o poder político em geral, reforçando partidos ou candidatos que corporizem essa insatisfação. Outra reação, pelo contrário, poderia ser a da valorização da experiência, da estabilidade ou da responsabilidade em momentos de incerteza. Outra possibilidade ainda seria a de que, afinal, os eleitores fossem capazes de separar claramente as suas escolhas políticas dos fenómenos que estão para lá de qualquer controlo político. Entre as duas voltas das eleições presidenciais de 2026, especulou-se muito sobre todas estas possibilidades. Hoje, conhecidos os resultados, é possível testar a sua plausibilidade e dar algumas respostas.

CONTINUA NA PÁGINA VI >>

ID: 121658540

20-02-2026 | IDEIAS

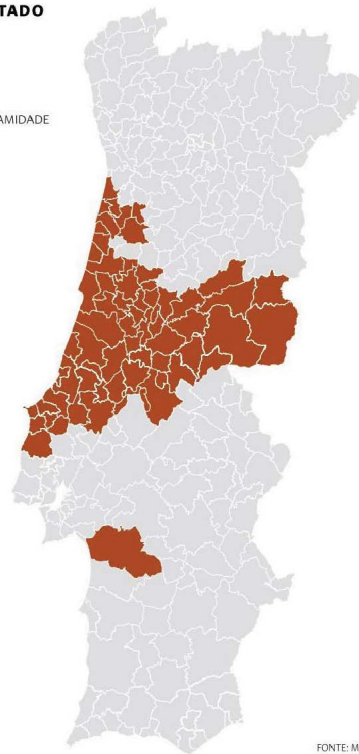
>> CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 1

Os efeitos eleitorais da calamidade: tempestades, abstenção e escolha eleitoral

CONCELHOS EM ESTADO DE CALAMIDADE

No dia 8 de fevereiro de 2026

■ CALAMIDADE
■ SEM ESTADO DE CALAMIDADE

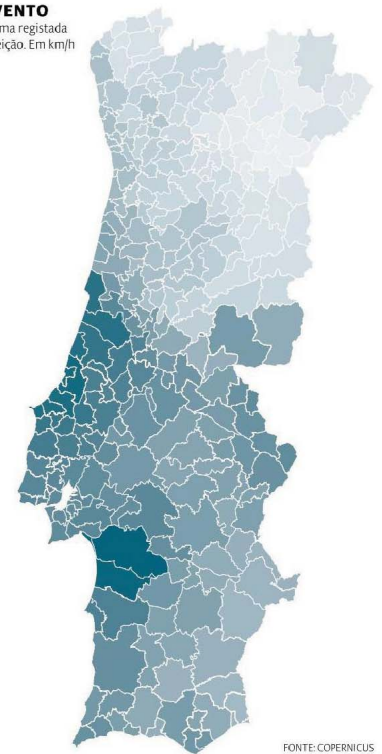


FONTE: MAI

INTENSIDADE DO VENTO

Diferença na velocidade máxima registada no período anterior a cada eleição. Em km/h

■ 30
■ 20
■ 10



FONTE: COPERNICUS

No dia 18 de janeiro, a participação oficial na primeira volta das eleições presidenciais em território nacional atingiu os 61,5%, o valor mais alto desde 2006. Poucos dias depois, iniciava-se um "comboio de tempestades". Nos dias 22 e 23, "Ingrid", causando inundações, quedas de árvores, danos em infraestruturas, perturbações nos transportes e desalojamento de várias famílias, além de interrupções no fornecimento de energia em algumas zonas. No dia 28, "Kristin", declarada pelo IPMA como a tempestade mais forte a atingir Portugal desde que há registo. Rajadas de vento excecionais causaram destruição extensa de edifícios e infraestruturas, danos em património histórico, centenas de feridos associados aos trabalhos de reparação e longas interrupções no fornecimento de eletricidade, água e telecomunicações em várias regiões do país. Quando ainda decorriam operações de emergência e reconstrução, novas depressões — "Leonardo", no dia 2 de fevereiro, e "Marta", cinco dias depois — voltaram a agravar as condições meteorológicas, com novas cheias, evacuações, estradas cortadas e mais vítimas mortais. Foi declarada a situação de calamidade em 68 concelhos do Continente, mobilizando meios da proteção civil, forças armadas e serviços públicos para responder à emergência.

Tudo isto, em conjugação com a relativa previsibilidade em relação ao vencedor, fazia supor a possibilidade de que os resultados da 2ª volta das presidenciais fossem seriamente afetados por estes eventos. Contudo, ao início da noite de 8 de fevereiro, a participação eleitoral dos portugueses surpreendeu quase toda a gente. Apesar da situação extraordinária de calamidade que afetava cerca de

AS TEMPESTADES E A DESTRUIÇÃO NÃO PARECEM TER BENEFICIADO NEM ANDRÉ VENTURA NEM ANTÓNIO JOSÉ SEGURO. A EVOLUÇÃO DA VOTAÇÃO EM VENTURA FOI IGUAL NOS MUNICÍPIOS AFETADOS E NOS OUTROS

17% dos eleitores residentes em Portugal, a participação desceu apenas 2,8 pontos percentuais face à primeira volta, ficando-se pelos 58,7% em território nacional. A mobilização para a segunda volta presidencial foi muito superior à verificada nas últimas eleições presidenciais, realizadas em janeiro de 2021, durante uma das fases mais negras da pandemia covid-19 em Portugal, altura em que a participação se ficou pelos 45,5% em território nacional.

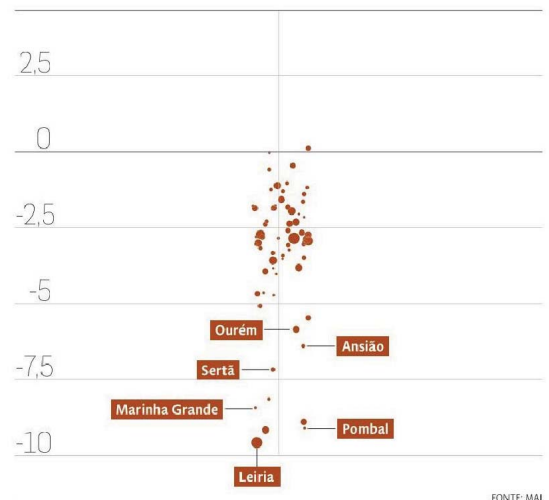
Quer isto dizer que este "comboio de tempestades" não afetou o comportamento eleitoral dos portugueses? Para responder a esta pergunta, não basta olhar para a diferença nacional no valor da abstenção entre atos eleitorais, nem sequer basta fazer uma simples comparação do nível da participação eleitoral nos concelhos mais afetados pelas tempestades e o resto do país. Os concelhos mais afetados podem ter votado menos (ou até mais) que os que ficaram ilesos, mas não por causa da calamidade, e sim por partilharem características que tornam os seus eleitores menos (ou até mais) participativos. Para percebermos os efeitos das tempestades e da destruição que causaram, é necessário comparar a diferença da participação eleitoral entre a primeira e a segunda volta nos municípios afetados com a diferença da participação entre voltas que ocorreu

nos restantes municípios. Ou seja, é necessário comparar a evolução de uns com a evolução de outros. Só assim podemos ter em conta que os vários municípios vinham de pontos de partida diferentes. E podemos, então, aferir os efeitos das tempestades que vão além da participação e das escolhas eleitorais habituais nos vários municípios. Este procedimento corresponde a uma técnica estatística muito utilizada na ciência política e na economia (*difference-in-differences*), que ajuda a separar aquilo que é habitual dos efeitos daquilo que é extraordinário.

Para analisar os efeitos eleitorais das tempestades, decidimos aplicar esta técnica estatística para averiguar as suas consequências na participação eleitoral, bem como na votação em André Ventura e António José Seguro. Uma análise fina dos dados permite-nos concluir que, em média, nos municípios que não entraram em situação de calamidade a participação desceu 1,6 pontos percentuais da primeira para a segunda volta. Contudo, nos municípios onde o Governo decretou situação de calamidade, essa desceda foi aproximadamente o dobro: uma queda de 3,3 pontos percentuais. Os gráficos de evolução mostram bem as diferenças da queda de participação entre municípios em calamidade e os restantes municípios do território nacional.

Esta diferença na evolução da participação em função da situação de calamidade é já reveladora, mas não nos diz tudo sobre o efeito eleitoral da sucessão de tempestades. Sabemos que os municípios em situação de calamidade estavam à data das eleições em situações diversas devido à amplitude do impacto. Em vez de olharmos para a situação de calamidade como indicador, podemos usar

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO EM CALAMIDADE



FONTE: MAI

Queda da participação eleitoral entre a primeira e a segunda voltas, no decretada situação de calamidade (à esquerda) e nos municípios onde

dados objetivos sobre a intensidade das tempestades. Para a janela de 11 dias anteriores a cada volta das presidenciais, obtivemos a velocidade máxima do vento registada em quadrículas de 9 km de lado do território do Continente. Depois, fizemos corresponder essas quadrículas a municípios. A cada um foi atribuído o valor máximo registado numa dada hora, numa quadrícula correspondente à sua área territorial, nos períodos que antecederam cada volta da eleição. De seguida, comparamos os valores da primeira e da segunda voltas. Medimos o aumento da velocidade máxima do vento em cada município, distinguindo assim os casos onde esse aumento foi excecional daqueles onde foi trivial. Os mapas que aqui apresentamos sugerem, ainda que de forma somente visual, a coincidência espacial entre as áreas onde o vento mais se intensificou e os municípios onde a participação mais baixou entre as duas voltas das presidenciais. Isto é bastante claro se olharmos para o Oeste e o distri-

to de Leiria em particular. Quando sujeitamos esta hipótese a um teste estatístico, a conclusão vai no mesmo sentido: nos 10% de municípios onde a velocidade máxima do vento aumentou mais, esse aumento esteve ligado a uma queda de participação de 1,5 pontos percentuais ou mais. Dito de outra forma, olhando especificamente para os municípios onde foi decretada a situação de calamidade, é possível afirmar que a queda da participação variou em função do grau de severidade das condições meteorológicas verificadas antes da segunda volta (ver mapas).

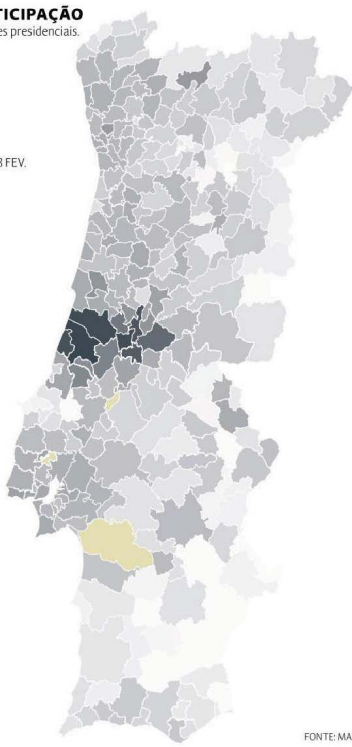
Mas podemos ir um pouco mais longe na análise. Conseguimos ainda perceber que esta desceda da participação não foi igual em todos os concelhos afetados pelos fenómenos climáticos extremos. Entre os municípios em situação de calamidade, a queda da participação eleitoral foi bastante maior nos localizados em zonas rurais, com menor poder de compra e com menos residentes com educação superior. Ou seja, a catástrofe

APESAR DA SITUAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE CALAMIDADE QUE AFETAVA CERCA DE 17% DOS ELEITORES RESIDENTES EM PORTUGAL, A PARTICIPAÇÃO DESCEU APENAS 2,8 PONTOS PERCENTUAIS FACE À PRIMEIRA VOLTA

ID: 121658540

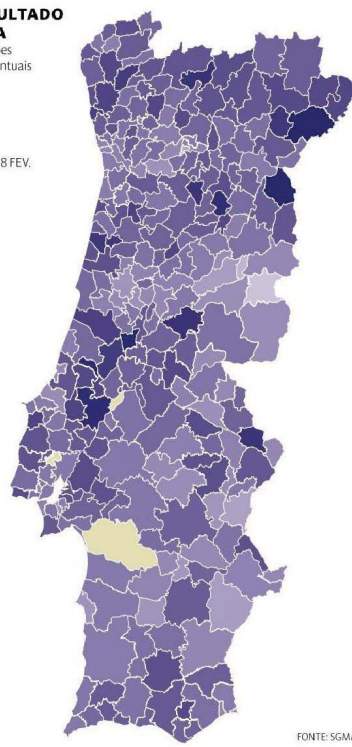
20-02-2026 | IDEIAS

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO

Entre a 1ª e a 2ª volta das eleições presidenciais.
Em pontos percentuais

FONTE: MAI

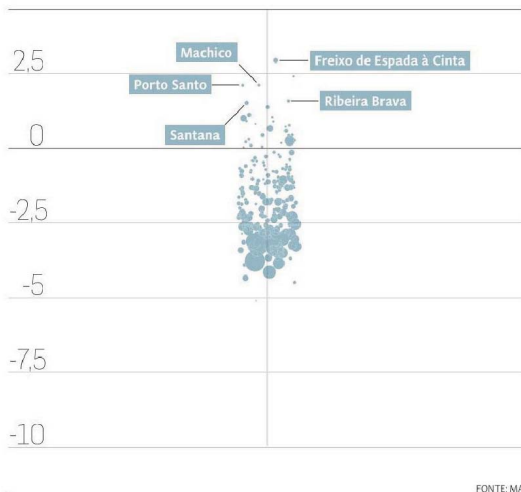
EVOLUÇÃO DO RESULTADO

DE ANDRÉ VENTURA
Entre a 1ª e a 2ª volta das eleições
presidenciais. Em pontos percentuais

FONTE: SGMAI

Os quatro mapas mostram, por esta ordem, os municípios onde a situação de calamidade foi decretada, a evolução da intensidade do vento entre a primeira e a segunda volta em todo o continente português, a evolução da participação entre as duas voltas e, por fim, a evolução da votação em André Ventura (em pontos percentuais) entre as duas voltas

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SEM CALAMIDADE



FONTE: MAI

s municípios onde foi
ão foi decretada (à direita)

trofe natural, embora seja uma situação extraordinária e aparentemente exterior aos nossos comportamentos políticos, na verdade não afetou todos por igual: as características sociais e económicas das localidades e das suas populações acabaram por condicionar quem foi votar.

Desconhecemos, pelo menos por enquanto, quais foram ao certo as causas desta importante diferença geográfica e socioeconómica, mas são várias as possibilidades. Sabemos que os custos da participação eleitoral não são iguais para todos e dependem não apenas das distâncias que temos de percorrer para votar, mas também

dos custos económicos de quem não pode abandonar os seus terrenos ou as suas casas, no meio do esforço da sobrevivência e da reconstrução. É ainda possível que a resposta do Estado e das redes sociais comunitárias tenha variado consoante as localidades — por exemplo, em sítios rurais e urbanos — e que essas diferenças se tenham refletido também na abstenção. A lição para o futuro parece ser esta: as emergências climáticas afetam a participação democrática de forma assimétrica no território e entre grupos sociais diferentes.

Além da abstenção eleitoral, decidimos também analisar se os mu-

nicipios em situação de calamidade votaram de forma diferente dos outros e, assim, tentar perceber se as tempestades produziram efeitos políticos, pelo menos naquela fase inicial. Utilizando a mesma técnica estatística, comparámos a evolução da votação em André Ventura entre a primeira e a segunda voltas, nos municípios em situação de calamidade e em todos os outros. Será que a calamidade aumentou o voto de protesto e a radicalização porque os eleitores culpam o governo e o centro político? Ou será que os eleitores valorizaram mais a experiência, a responsabilidade e a menor incerteza, geralmente associadas ao centro político?

Talvez seja um resultado surpreendente, mas no fim de contas as tempestades e a destruição não parecem ter beneficiado nem André Ventura nem António José Seguro. Isto é, a evolução da votação em André Ventura foi igual nos municípios afetados e nos outros. Mesmo analisando a pente fino potenciais diferenças nos efeitos da calamidade entre concelhos rurais e urbanos, ricos e pobres, mais educados e menos educados, podemos concluir que a situação de calamidade não alterou o sentido de voto de quem foi às urnas.

Apenas uma diferença apareceu como estatisticamente relevante: nos municípios em situação de calamidade onde a população residente é mais jovem, André Ventura parece ter tido um crescimento maior entre as duas voltas, quando comparados com os municípios em situação de calamidade com uma população mais envelhecida. Há muitas décadas que os cientistas políticos sabem que o voto e o comportamento eleitoral dos mais jovens é mais volátil e mais maleável, e portanto menos fiel aos partidos tradicionais. No caso mais

particular de Portugal, sabemos que o Chega tem tido maior capacidade de atrair eleitores entre os mais jovens e de meia-idade. Talvez esteja aí a explicação para essa diferença.

No entanto, fazendo uma análise global das consequências dos fenómenos climáticos extremos da última semana da campanha eleitoral, chegámos à conclusão que o sentido de voto dos portugueses não parece ser facilmente influenciável.

Para explicar esta ausência de efeitos da situação de calamidade no sentido de voto, importa referir dois aspetos importantes. Em primeiro lugar, o primeiro-ministro e o seu partido não tinham nenhum candidato próprio na segunda volta e não apoiaram oficialmente nenhum dos candidatos. Assim, mesmo que os eleitores tenham culpado o Governo por uma resposta considerada insuficiente ou por falhas de infraestruturas e do Estado, não havia um candidato claro onde essa reprovação se pudesse materializar.

Por outro lado, os portugueses souberam separar claramente os assuntos mais importantes em causa nas eleições presidenciais de outros problemas que enfrentaram simultaneamente — mesmo que estes fossem graves e prementes, como os efeitos do comboio de tempestades. A responsabilização eleitoral dos candidatos, quando bem feita, deve ter em conta a jurisdição do cargo político em causa (neste caso, a Presidência da República) e o partido político dos candidatos. Deve também considerar se os candidatos tiveram responsabilidades executivas no assunto em questão e se os acontecimentos estavam dentro ou fora do seu controlo. Por exemplo, não tem sentido culpar um Governo nacional por algo que é responsabilidade de um autarca, nem tem sentido culpar um candida-

to por uma derrota do nosso clube de futebol favorito.

Nem António José Seguro nem André Ventura, os dois candidatos em questão, tiveram responsabilidades na resposta do Estado à calamidade nem na destruição ocorrida. Além disso, os principais temas em causa na eleição presidencial, que se debruçou sobre os próximos cinco anos e o mais alto cargo da nação, eram relativamente alheios às tempestades que, por coincidência, ocorreram na mesma semana da segunda volta. Os portugueses souberam ter isso em conta na altura de decidir o seu voto.

Ao longo das décadas, vários académicos e intelectuais têm questionado a capacidade do eleitorado e dos "eleitores comuns" de fazer uma responsabilização correta dos atores políticos através do seu voto. Num dos livros mais influentes dos últimos anos, "Democracy for Realists: Why Elections Do Not Produce Responsive Government", de 2016, os cientistas políticos Christopher Achen e Larry Bartels argumentam que a maioria dos eleitores não sabe o suficiente para atribuir méritos e culpas de forma justa a cada ator político e votar de acordo com essa atribuição correta. Achen e Bartels escrevem que os eleitores são bastante menos racionais e simplesmente votam consoante estejam contentes ou descontentes, mesmo que os políticos em causa nada tenham a ver com o seu descontentamento. No entanto, no passado dia 8, os eleitores portugueses mostraram precisamente que têm capacidade de separar águas e de discernir entre níveis de responsabilidade. Talvez esta capacidade do eleitorado português surpreenda os mais céticos acerca das competências e sofisticação das pessoas comuns.

política@expresso.imprensa.pt

Mafalda Pratas é research fellow no Instituto Universitário Europeu Pedro Magalhães é investigador coordenador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa João Cancele é professor auxiliar de Ciência Política na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa Hugo Ferrinho Lopes é professor convidado na Universidade do Minho e no ISCTE

OS PORTUGUESES SOBERAM SEPARAR CLARAMENTE OS ASSUNTOS MAIS IMPORTANTES EM CAUSA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE OUTROS PROBLEMAS QUE ENFRENTARAM SIMULTANEAMENTE